

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.764.963 - MG (2020/0248277-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ANA LUIZA RIBEIRO ANDRADE
AGRAVANTE : NATALIA RIBEIRO ANDRADE
ADVOGADOS : GILBERTO ASDRUBAL NETO - MG052761
GERALDINO PAULO DA SILVA - MG076011
IOLANDA VITORIA ASDRUBAL DE SOUSA - MG169590
AGRAVADO : MUNICÍPIO DE TIMOTEO
ADVOGADOS : THEREZA CRISTINA DE CASTRO MARTINS TEIXEIRA -
MG059397
CARLOS HENRIQUE MARTINS TEIXEIRA - MG061172

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ANA LUIZA RIBEIRO ANDRADE e OUTRA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DECLARATÓRIA IMÓVEL TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE ITBI BASE DE CÁLCULO VALOR VENAL DIVERGÊNCIA ENTRE O QUANTUM APONTADO PELO FISCO E O VALOR PAGO NA TRANSMISSÃO LEVANTAMENTO FEITO POR PROVA PERICIAL PREVALÊNCIA RECURSO NÃO PROVIDO.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação do art. 97, II e § 1º, do CTN, no que concerne à indevida majoração da base de cálculo do ITBI, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Pois bem, conforme já se demonstrou e pontuou acima, a decisão/acórdão, última instância, TJMG, 2ª Câmara Cível, contrariou frontalmente o art. 97, Inc. II e seu parágrafo 1º do CTN, vez que o aludido dispositivo é incisivo de que É VEDADO MAJORAR A BASE DE CÁLCULO DO TRIBUTO DE FORMA A TORNÁ-LO MAIS ONEROSO, SENDO QUE ESTE PROCEDIMENTO SOMENTE PODE OCORRER E PERMITIDO SE ESTIVER AMPARADO NA LEI EM SENTIDO FORMAL, o que não é o caso presente, vez que, repita-se, tomou-se como base de cálculo um valor totalmente dissociado do negócio havido entre os contratantes, portanto, baseado na expressão econômica (fls. 636).

Superior Tribunal de Justiça

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo – Súmula n. 211 – STJ”. (AgRg nos EREsp 1138634/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, Corte Especial, DJe de 19/10/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019; e AgRg no AREsp 1.647.409/SC, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1º/7/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente